



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Isauo Calais	PMN - BCMG
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM
Deputado Elismar Prado	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM
Deputado Emidinho Madeira	PT doB- BMM
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB- BVC
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	



Deputado Fábio Avelar Oliveira PTdoB - BMM
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo PSC - BCMG
Deputada Geisa Teixeira PT - BMM
Deputado Wander Borges PSB - BCMG
Deputado Gilberto Abramo PRB - BMM
Deputado Gustavo Valadares PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho PV - BCMG
Deputado Iran Barbosa PMDB - BMM
Deputada Marília Campos PT - BMM
Deputado Gil Pereira PP - BVC
Deputada Celise Laviola PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares PSD - BCMG

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses PV - BCMG
Deputado Fábio Chereim PSD - BCMG
Deputado Tony Carlos PMDB - BMM
Deputado Gustavo Corrêa DEM - BVC
Deputado Bosco PTdoB - BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
-------------------------	-----------



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado	PCdoB - BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM
Deputado Bosco	PTdoB - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Léo Portela	PR - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG



Deputado Professor Neivaldo

PT - BMM

COMISSÃO DE ÉTICA**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Gilberto Abramo
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Agostinho Patrus Filho
Deputado Tiago Ulisses
Deputado Rogério Correia
Deputado Durval Ângelo

PSDB - BVC
PRB - BMM
DEM - BVC
PV - BCMG
PV - BCMG
PT - BMM
PT - BMM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta
Deputado Cristiano Silveira
Deputado Dilzon Melo
Deputado Thiago Cota
Deputado Glaycon Franco
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Leonídio Bouças

PDT - BVC
PT - BMM
PTB - BVC
PPS - BCMG
PTN - BCMG
PMDB - BMM
PMDB.-.BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - 6ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura - Destinada a homenagear o Instituto de Formação de Líderes - IFL

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****7 - ERRATA****ATAS****ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/5/2015****Presidência do Deputado Duarte Bechir**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Exibição de Vídeo - Palavras do Deputado Gustavo Valadares - Entrega de Placa - Palavras da Sra. Débora Roichman - Palavras do Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:
Duarte Bechir - Gustavo Valadares - Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Tiago Ulisses, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto de Formação de Líderes - IFL.



Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa a Exma. Sra. Débora Roichman, presidente do Instituto de Formação de Líderes - IFL; e o Exmo. Sr. deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes para assistir a um vídeo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Gustavo Valadares

Boa noite, Sra. Presidente do Instituto de Formação de Líderes, Débora Roichman. Presidente, deveria ter começado por V. Exa. Portanto, Exmo. Sr. Deputado Duarte Bechir, representando nesta reunião o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; senhoras; senhores; Carol, minha esposa, boa noite.

Qual Brasil queremos? Esse foi o tema do 5º Fórum Liberdade e Democracia, organizado com sucesso pelo Instituto de Formação de Líderes em 2014. Essa indagação mostra a capacidade de engajamento desses jovens líderes empreendedores, de diversos segmentos, que se organizaram com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de seus conhecimentos e preparar novas lideranças, inspirados nos conceitos da livre-iniciativa e da economia de mercado, discutindo o Brasil atual e o Brasil do futuro, sempre pautados em sólidos valores éticos e morais e nas melhores práticas de gestão, moderna e inovadora.

Vale destacar que uma das principais missões do Instituto de Formação de Líderes é transformar a sociedade brasileira em uma sociedade que respeite as liberdades individuais, preceito do qual nos distanciamos a cada dia com uma desnecessária e violenta intervenção estatal promovida pelo governo do Partido dos Trabalhadores, com forte reflexo na diminuição dessas liberdades. O Estado brasileiro intervém em tudo, controla preço de energia e gasolina, além de infelizmente usar politicamente o BNDES.

O IFL em Belo Horizonte, como seus coirmãos do Rio de Janeiro e de São Paulo, procura estimular o debate e a troca de experiências entre seus associados para que desempenhem suas funções na sociedade de forma ética e planejada, com persistência e motivação para conquista do sucesso em suas áreas de atuação. Para tanto, o instituto promove a formação por meio de um espaço para discussão de diversos temas, proporcionando aos jovens empresários formação política, filosófica, econômica e gerencial.

Conheci esse grupo de jovens empreendedores em 2008, quando me propus a uma cruzada de levar os conceitos de uma gestão pública moderna e inovadora, com ética e respeito às individualidades, participando da campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte com o único intuito de despertar o sentimento de uma nova forma de se fazer política e de tratar a gestão pública no País. Foi com muita satisfação que encontrei no IFL ressonância para os ideais que preguei durante aquele processo.

Muitos foram aqueles jovens que se dedicaram à missão de construir o IFL, e quero aqui saudar cada um deles, presentes ou não a este evento. Mas quero também estender minha homenagem aos empreendedores que patrocinaram essa empreitada, destacando a pessoa do amigo Salim Mattar, e proporcionaram a criação de um órgão capaz de formar e desenvolver jovens empreendedores, através da troca de experiências, de forma inovadora e mobilizadora.

Mas, meus caros, sobre a indagação “qual Brasil queremos?”, posso afirmar que queremos um Brasil sem corrupção. Assistimos, nos últimos anos, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, uma escalada exponencial da corrupção governamental. Parafraseando o titular desse processo de escárnio do patrimônio público brasileiro, “nunca antes neste país” assistimos a um processo de degradação tamanha, como a que o PT nos proporcionou nos últimos 12 anos e meio de governo.

Cada um dos empreendedores e jovens empreendedores aqui presentes, preocupados que são com as boas práticas de gestão, em estabelecer metas e resultados a serem alcançados com trabalho, obstinação e perspicácia, deve ter ficado, como todo brasileiro, perplexo com a falta de zelo na administração da maior empresa pública deste país, a Petrobras.

Não falo aqui somente dos recursos desviados através da corrupção, mas das perdas oriundas da má gestão e da falta de planejamento, gestão essa que esteve, durante um longo período, sob o comando da atual presidenta Dilma Rousseff, que demonstra uma completa falta de competência e habilidade para governar nossa nação.

Estamos hoje em uma solenidade festiva, mas não poderia deixar de manifestar, em nome de muitos e muitos mineiros, minha indignação, sabedor que sou de que essa realidade só será mudada com o esforço de todos e de cada um de nós, organizados como este seletivo e forte grupo de jovens empreendedores do Instituto de Formação de Líderes - IFL. Não há como deixar de ouvir o tinir de cada panela deste imenso Brasil, que ecoou por todos os cantos, simbolizando um forte “não” à maneira como está sendo conduzido o nosso país, de forma leniente e irresponsável. A mim, como deputado, forjado nos mesmos conceitos da livre-iniciativa, da economia de mercado, consoante os preceitos de meu partido, o PSDB, busco, em minhas ações, propor uma gestão pública eficiente, com respeito à propriedade privada e à redução do tamanho do Estado, rechaçando qualquer iniciativa contrária a esta.

Caros amigos, para finalizar, retomo novamente a questão inicial: qual Brasil queremos? Em meu sentido, queremos um Brasil que promova a justiça social, um Brasil inclusivo, de oportunidades e menos desigual. Mas queremos também um Brasil moderno, inovador e empreendedor, que valorize as iniciativas e promova o desenvolvimento sem burocracia e com uma menor participação do Estado na economia e na vida privada, permitindo que as diversas matizes do pensamento nacional se materializem em um ambiente socioeconômico livre e adequado, com foco no trabalho, na dedicação, na eficiência e na meritocracia.

Assim, ao cumprimentar os jovens empreendedores do IFL, faço-o com grande e renovada esperança. Esperança de que cada jovem empreendedor sinta-se corresponsável pela missão transformadora proposta pelo IFL e assuma, cada um à sua maneira, a responsabilidade por essa transformação que todos desejamos. E isso só será possível congregando esforços daqueles que comungam do mesmo objetivo. Juntos poderemos construir uma sociedade mais justa, harmoniosa e com liberdades.

Parabéns ao IFL e a todos os jovens e audazes empreendedores que acreditam na mudança. Muito obrigado.



Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Duarte Bechir, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fará a entrega à Sra. Débora Roichman, presidente do IFL, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "O Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte - IFL -, entidade civil sem fins lucrativos e apartidária, tem por objetivo preparar novas lideranças empresariais com base nos conceitos de economia de mercado e livre-iniciativa. Assentado em valores como liberdade individual, Estado de Direito e propriedade privada, há 11 anos o IFL vem formando cidadãos competentes e defensores dos princípios da ética e da meritocracia. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à seriedade do trabalho desenvolvido pelo IFL, presta-lhe justa homenagem".

Convidamos também o deputado Gustavo Valadares para fazer parte do ato.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Débora Roichman

Cumprimento o deputado Duarte Bechir, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; o deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que solicitou a concessão desta homenagem, a quem agradeço em nome do Instituto de Formação de Líderes pela honrosa homenagem e reconhecimento ao nosso trabalho; senhoras e senhores.

O Instituto de Formação de Líderes é uma entidade civil sem fins lucrativos e apartidária, comprometida com valores de liberdade, responsabilidade individual e Estado de Direito. Fundado há 11 anos com o objetivo de formar lideranças, o instituto proporciona aos seus participantes um ambiente singular de desenvolvimento intelectual, através do qual jovens empreendedores dos mais variados segmentos possam aprimorar seus conhecimentos e, dessa forma, contribuir individualmente para a construção de um Brasil melhor.

Os eventos realizados semanalmente pelo instituto têm o objetivo de estimular o debate e a troca de experiências entre os seus associados, auxiliando no desenvolvimento de líderes com independência intelectual e capacidade de realização. Acreditamos na meritocracia e na responsabilidade individual. Defendemos o princípio da subsidiariedade e o estado mínimo, cuja função principal seria a de preservar a propriedade privada. Citando Margaret Thatcher: "Queremos uma sociedade em que sejamos livres para fazer escolhas, cometer erros, ser generosos e compassivos. Isso é o que entendemos por uma sociedade moral, não uma sociedade em que o estado é responsável por tudo e ninguém é responsável por nada".

No IFL buscamos combater a consagrada e equivocada percepção de que as soluções para os problemas da sociedade devem vir do Estado. Em 1853, o filósofo Herbert Spencer escreveu um artigo "Over-legislation", chamando a atenção para o lamentável fato de que o excesso de legislação asfixia a liberdade dos indivíduos, o que era um perigo já em seu tempo e na Inglaterra tornou-se uma ameaça constante no mundo atual, principalmente no Brasil.

Aqui o governo cria infinitas leis sobre cada mínimo detalhe da vida cotidiana, cerceando as liberdades individuais e colocando em xeque a própria credibilidade das leis. Regulações transparentes e leves, a estabilidade monetária, o império das leis, o respeito à propriedade privada, a abertura comercial e o tamanho reduzido da carga tributária são as variáveis que definem a liberdade econômica e, portanto, causam a riqueza de uma nação. Quando entendemos isso, fica mais fácil compreender também o atraso relativo do Brasil e a quantidade expressiva de pobreza em nosso país.

A liberdade econômica, com instituições robustas, parece ser o caminho para a construção de um país verdadeiramente rico e desenvolvido. É importante, contudo, frisar que liberdade não implica ausência de regras; ao contrário, há que haver um conjunto mínimo de regras, a começar por aquelas que protejam a vida, a propriedade privada e a própria liberdade. Portanto, senhoras e senhores, neste momento em que a sociedade brasileira está inquieta e inconformada, o papel do Instituto de Formação de Líderes é primordial, pois somente indivíduos no pleno exercício da liberdade e sob o cumprimento das leis podem criar uma sociedade mais próspera. Muito obrigada.

Palavras do Presidente

Sra. Débora Roichman, presidente do Instituto de Formação de Líderes; deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que solicitou a concessão desta homenagem; senhoras e senhores. Saúdo também a nossa gente querida de todo o Estado de Minas Gerais, que acompanha os trabalhos pela TV Assembleia.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem a satisfação de homenagear nesta noite o Instituto de Formação de Líderes - IFL -, entidade civil sem fins lucrativos e apartidária, comprometida com os valores e princípios de liberdade, responsabilidade individual e o Estado de Direito. Há 11 anos, o instituto surgiu com o objetivo de proporcionar aos seus participantes um ambiente singular de desenvolvimento intelectual, por meio do qual jovens empreendedores dos mais variados segmentos e sucessores de empresas familiares pudessem aprimorar seus conhecimentos e, dessa forma, tornar-se melhores líderes.

Hoje, o instituto está presente nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, exercendo grande influência na formação dos empresários. O IFL promove eventos com o objetivo de estimular a troca de experiências entre os seus associados, como júris simulados, fóruns, debates e palestras. Essas atividades têm o propósito de propiciar aos participantes a formação necessária para que consigam desempenhar suas funções na sociedade, de forma ética e planejada, com persistência e motivação, conquistando o sucesso em suas áreas de atuação. O instituto ambiciona tornar-se referência em formação de lideranças empresariais, embasado nos princípios da livre-iniciativa e da liberdade econômica, com independência intelectual e capacidade de realização. Toda liderança empresarial enfrenta desafios diários. Sabendo disso, o instituto aposta em valores como a integridade moral, a vitalidade e a motivação, a capacidade de criar uma rede de relacionamentos, a antevisão, a conquista de resultados e a comunicação. Do mesmo modo, busca-se a formação de empreendedores comprometidos com a construção de um Brasil verdadeiramente livre, democrático e próspero.

Neste momento, cumprimento o valoroso deputado Gustavo Valadares, que, em suas palavras, pôde dar a sensação exata do sentimento do povo brasileiro e unir esse sentimento aos ideais de se criar um Brasil novo, com a participação do IFL.

Quando o poeta Olavo Bilac visitou Belo Horizonte, logo nos primeiros dias de vida da cidade, há mais de 100 anos, ele observou: "Em Minas e no coração dos mineiros haverá sempre lugar para o passado e para o futuro. De todo o Brasil, o mineiro é o povo que



mais ama as suas tradições. Mas quem diz que o culto da tradição é incompatível com o amor do progresso? O homem pode amar o presente e ansiar pelo futuro, sem desprezar o passado”. Essa mistura do caráter tradicional e, ao mesmo tempo, empreendedor, é que explica a infinidade de façanhas praticadas por mineiros.

É com a certeza de que nossos líderes do amanhã estão sendo forjados por instituições como o IFL e com a expectativa de que continuem seguindo a tradição de se destacar no cenário nacional, que distinguimos o Instituto de Formação de Líderes com esta merecida homenagem, propiciada por meio da aprovação do requerimento do deputado Gustavo Valadares. Neste momento, em nome do presidente Adalclever Lopes, o nosso muito-obrigado.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 942/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a situação da indústria automobilística de Minas Gerais;

nº 943/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, os programas e as ações a serem realizados em todos os circuitos turísticos do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais;

nº 947/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, com convidados, para esclarecer quais os rumos a serem adotados pelo governo para o Programa de Fomento à Economia Criativa e à Inovação Tecnológica - Seed -, em face do fechamento do escritório de prioridades estratégicas.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o requerimento:

nº 1.078/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Roberto Andrade, Fábio Avelar Oliveira e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca do conjunto de impactos para o consumidor final produzidos em decorrência da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente sobre operações internas de álcool combustível (etanol), de 19% para 14%.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Geraldo Pimenta - Roberto Andrade.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/4/2015

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Noraldino Júnior justificando sua ausência na reunião por estar participando de reunião da Comissão de Saúde no Município de Juiz de Fora. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 148/2015, no 1º turno (Sargento Rodrigues), 158/2015, no 1º turno (Noraldino Júnior) e 357/2015, no 1º turno (Roberto Andrade). Informa, ainda, que avocou a si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 118, 129 e 156/2015, em 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.013/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da Cemig e, no que diz respeito aos que ainda não receberam essa transferência, qual o motivo do atraso;

nº 1.014/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Claro pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora e qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade, à expansão da cobertura e quais bairros e regiões da cidade serão atendidos;

nº 1.015/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Tim pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora e qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade, à expansão da cobertura e quais bairros e regiões da cidade serão atendidos;



nº 1.016/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Vivo pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora e qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade, à expansão da cobertura e quais bairros e regiões da cidade serão atendidos;

nº 1.017/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Oi pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora e qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade, à expansão da cobertura e quais bairros e regiões da cidade serão atendidos;

nº 1.018/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Vivo pedido de informações sobre os motivos pelos quais o sinal da operadora não está funcionando nos Distritos de Sarandira, Torreões e Rosário de Minas, localizados no Município de Juiz de Fora, com as especificações que menciona;

nº 1.152/2015, dos deputados Elismar Prado, Sargento Rodrigues, Douglas Melo e Roberto Andrade, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações referente ao plano estadual de saneamento básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

nº 1.153/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o reajuste da tarifa de água e esgoto anunciado pela Copasa-MG, conforme autorização da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento e Água e Esgotamento Sanitário - Asrae;

nº 1.154/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à empresa Via 040, concessionária responsável pela gestão do trecho da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora, pedido de informações sobre a cobrança de pedágio antes mesmo de executar qualquer tipo de benfeitoria na rodovia, bem como, no que diz respeito aos procedimentos adotados, se estão de acordo com a Lei nº 8987, de 1995, e art. 39, inciso X, da Lei 8.078, de 1990.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.149/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados às operadoras Vivo e Claro pedidos de providências para que seja instalada antena ou transmissor de serviços de telefonia móvel no Distrito de Era Nova, Município de Alpercata;

nº 1.150/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento e Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Asrae - pedidos de informações sobre o aumento de 15,04% da tarifa de água e esgoto, com as especificações que menciona;

nº 1.151/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências para que as empresas responsáveis coloquem em funcionamento imediato os serviços de telefonia celular nos distritos que receberam as instalações das antenas e equipamentos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Elismar Prado, presidente - Roberto Andrade - Douglas Melo - Noraldino Júnior - Sargento Rodrigues.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os fatos ocorridos durante manifestação em memória do estudante Edson Luiz, assassinado durante a ditadura militar, no dia 26 de março, envolvendo estudantes e policiais militares, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Mara Cristina Rodrigues Santos, professora coordenadora das Superintendências Regionais de Ensino; Mariana Ferreira de Souza, diretora da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas; Marcelle de Oliveira Rocha, membro do Grêmio do Instituto de Educação de Minas Gerais e da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas; e Nina D'Angelo, diretora executiva da União Colegial de Minas Gerais, e os Srs. Ten.-Cel. PM Vitor Augusto Araújo, comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; Maj. PM Dênio Sebastião Martins de Carvalho, chefe da Seção de Direitos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais; Orivaldo Diogo, diretor do Instituto de Educação de Minas Gerais; João Pedro de Oliveira Maia, presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Minas Gerais; Patrick Cesário de Souza, diretor da União Estadual de Estudantes de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.189/2015, dos deputados Durval Ângelo e Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Direitos Humanos no Município de Barbacena, para debater, em audiência pública, supostas irregularidades e abusos em processos judiciais de perda de guarda de filhos e de poder familiar por mães humildes, usuárias de drogas, e prostitutas, bem como a destinação abusiva das crianças para a adoção;

nº 1.190/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação



Social e Cidadania, à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 22/4/2015, e de vídeo entregue por estudantes na referida reunião, para que sejam apuradas denúncias de abuso de poder durante manifestação ocorrida em memória do estudante Edson Luiz, assassinado durante o período de ditadura militar;

nº 1.191/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de providências para a reforma do telhado do prédio do Instituto Estadual de Educação, que corre risco de desabamento;

nº 1.192/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Educação para debater, em audiência pública, aspectos administrativos relacionados com a representação estudantil no âmbito das escolas públicas estaduais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Wander Borges, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.070/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as medidas compensatórias aplicadas à Coca-Cola pela instalação da fábrica em Itabirito, na região Central do Estado;

nº 1.071/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o processo de regularização e urbanização do Bairro Água Limpa;

nº 1.072/2015, dos deputados Fred Costa, Wander Borges e João Alberto, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a instalação de balanças de pesagem de veículos na Rodovia MG-030, considerando o tráfego intenso de carretas nessa via;

nº 1.073/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia, o Projeto de Lei nº 616/2015, que trata da Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores;

nº 1.074/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a proposta de alteração da idade para a maioria penal, considerando a tramitação de projeto com essa finalidade no Congresso Nacional, bem como as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente;

nº 1.075/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao albergue transferido da Pedreira Padre Lopes para o Bairro Floresta;

nº 1.076/2015, dos deputados Fred Costa, Wander Borges e João Alberto, em que solicitam seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a realização de estudos sobre as melhorias das condições de infraestrutura da Estrada Rio de Peixe, que liga as Rodovias MG-030 e BR-040, com pavimentação e melhoria das condições de segurança, com, minimamente, a instalação de lombadas;

nº 1.077/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta da Polícia Federal de instalação do Museu de Ciências Forenses no prédio da Escola de Odontologia da UFMG situado no Bairro Cidade Jardim;

nº 1.079/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a transferência do albergue da Pedreira Padre Lopes para o Bairro Floresta;

nº 1.080/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados com a Phoenix Mineração e Comércio no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade dessa empresa;

nº 1.081/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja realizado seminário legislativo para debater o contexto e as perspectivas da democracia e do desenvolvimento da economia brasileira, considerando os diversos desafios institucionais e econômicos atualmente enfrentados;

nº 1.082/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita ao diretor-geral do DER-MG com a finalidade de debater o cronograma e o andamento de obras incluídas no Programa Estruturador Caminhos de Minas, no Sul do Estado;

nº 1.083/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a alteração da legislação sobre porte de armas, considerando a tramitação de projeto com essa finalidade no Congresso Nacional;

nº 1.084/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cristina pelo 165º aniversário desse município, a completar-se no dia 13/5/2015, dando-se ciência ao prefeito Márcio Barros Ribeiro;



nº 1.085/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelo 106º aniversário desse município, a completar-se no dia 11/5/2015, dando-se ciência ao prefeito Evanderson Xavier;

nº 1.086/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao DER-MG para debater o impacto no tráfego da Rodovia MG-030 de atividades de retirada de rejeitos realizadas pela empresa Phoenix Mineração e Comércio, bem como o cumprimento de termo de ajustamento de conduta assinado pela companhia;

nº 1.087/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que sejam implantadas barreiras do tipo *new jersey* nas curvas com maior índice de acidentes da Rodovia MG-030;

nº 1.088/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Jacutinga pelo 114º aniversário desse município; e seja dada ciência ao prefeito Noé Francisco Rodrigues;

nº 1.089/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a instalação de lombadas na Rodovia MG-030, no trecho entre Honório Bicalho e Rio Acima;

nº 1.090/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, e dá outras providências;

nº 1.091/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelo 23º aniversário desse município, a completar-se no dia 28/4/2015; e seja dada ciência ao prefeito Lairto Antonio de Almeida;

nº 1.092/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para que o Ballet Jovem do Palácio das Artes possa continuar utilizando as instalações da fundação para a realização das atividades do grupo;

nº 1.093/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Poço Fundo pelo 145º aniversário desse município, a completar-se no dia 2/4/2015;

nº 1.096/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a elaboração e implementação dos planos de mobilidade urbana nos municípios do Estado, considerando as disposições da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

nº 1.097/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para que, caso ocorra de forma inevitável o término das atividades do Ballet Jovem do Palácio das Artes, seja franqueado ao grupo período necessário de transição;

nº 1.098/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a construção de prédios em uma área de preservação ambiental próximo ao Vale do Sereno, em Nova Lima;

nº 1.099/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada em audiência pública para debater as obras de expansão do gás canalizado em Belo Horizonte pela Gasmig;

nº 1.100/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para que, caso seja inevitável o término das atividades do Ballet Jovem do Palácio das Artes, seja franqueado ao grupo período necessário de transição;

nº 1.101/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Passos, para debater a situação da Rodovia MG-050, que se encontra em obras através da parceria público-privada Nascentes das Gerais;

nº 1.103/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção do grupo artístico Ballet Jovem do Palácio das Artes, considerando sua capacidade técnica e artística e a intenção anunciada da Fundação Clóvis Salgado de encerrá-lo;

nº 1.104/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para a manutenção do Ballet Jovem do Palácio das Artes.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.208/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita sejam realizadas visitas aos Viadutos Guararapes, Gil Nogueira, Montese, Monte Castelo, Oscar Niemeyer e ao elevador da Avenida João Samaha, em Belo Horizonte;

nº 1.211/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as irregularidades no processo de construção dos Viadutos Guararapes, Gil Nogueira, Montese, Monte Castelo, Oscar Niemeyer e do elevador da Avenida João Samaha, em Belo Horizonte;

nº 1.214/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a utilização do antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social localizado na Avenida Prudente de Moraes, na região Centro-Sul de Belo Horizonte;

nº 1.217/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que debateu a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, em Belo Horizonte;

nº 1.220/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que debateu a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, em Belo Horizonte;

nº 1.221/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita sejam encaminhadas à Defensoria Pública do Estado as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que debateu a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.



Fred Costa, presidente - Geisa Teixeira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto parcial à Proposição de Lei nº 22.620, que altera a Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 225/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 573/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 370/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 269/2015, do deputado Inácio Franco; 594 e 604/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, com a presença de convidados, sobre as diretrizes de participação popular propostas pelo governo do Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 13/5/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as demandas e as dificuldades da Fhemig, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 531, 603, 622 a 624/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 580 a 587, 599, 614, 617, 620, 640 a 642, 651 e 677/2015, do deputado Cabo Júlio, e 597 e 598/2015, do deputado Anselmo José Domingos, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 13/5/2015, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, para debater o pagamento pela prestação de serviços ambientais aos produtores rurais e agricultores familiares, previsto no programa Bolsa Verde, e para discutir e votar proposições das comissões.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Michele Abreu Arroyo para o Cargo de Presidente do Iepha**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cristiano Silveira, Gustavo Valadares, Neilando Pimenta e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2015, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 8/2015, do governador do Estado, de proceder à arguição pública da indicada e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Celise Laviola, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Augusto Nunes Filho para o Cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Gil Pereira, Bosco e Fred Costa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Augusto Nunes Filho, de discutir e votar o Parecer para Turno Único da Indicação nº 9/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.



Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.
Fábio Cherem, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre a Indicação de Flávio Góes Menicucci para o Cargo de Diretor-Geral do Deop

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, Gustavo Valadares e João Alberto, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 11/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.
Inácio Franco, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 201/2015

Comissão de Constituição e Justiça Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, a proposição em epígrafe “dispõe sobre o monitoramento de estacionamentos pagos por câmeras de segurança”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 6/3/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Preliminarmente, vem a matéria a esta comissão para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela tem como escopo, consoante seu art. 1º, obrigar os estacionamentos que cobram pelo serviço de guarda de veículos a realizar o monitoramento eletrônico por meio de câmeras de segurança. Nos termos do projeto, as imagens gravadas deverão ficar armazenadas por, no mínimo, três meses (art. 2º) e poderão ser requisitadas para fins de investigação policial ou instrução em processo criminal ou cível (art. 3º). Por fim, o art. 4º prescreve que o “descumprimento do disposto nesta lei gera a responsabilização cível da pessoa física ou jurídica responsável pela exploração econômica do estacionamento, em caso de danos materiais ao patrimônio do usuário do estacionamento”.

Segundo argumentou o autor da proposta, existem muitas reclamações por parte de usuários de estacionamentos em relação a danos ocorridos durante o período em que deixaram seus veículos nesses estabelecimentos, porque é comum a alegação de preexistência do dano, como forma de se eximir da responsabilidade de ressarcir o proprietário do veículo. Ainda segundo o autor, nessas situações, o principal problema é a produção da prova de que o dano material no veículo ocorreu durante o período em que ele estava parado no estacionamento pago. Assim, “o objetivo desta proposição é inverter o ônus da prova. Caberá ao responsável pela exploração econômica do estacionamento gravar, por meio de câmeras de monitoramento, o movimento de veículos e pessoas em toda a área de estacionamento, sendo dele a responsabilidade por assumir o prejuízo material do usuário se, por qualquer motivo, ele não cumprir com a sua obrigação de assegurar vigilância eletrônica do estacionamento, durante todo o período de seu funcionamento”.

Observe-se, porém, que a Súmula nº 130 do Superior Tribunal de Justiça – STJ – prescreve que “a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento”. Ademais, a Lei Federal nº 8.078, de 1990, o Código de Defesa do Consumidor – CDC –, já autoriza a inversão do ônus da prova nas relações que envolvem direito do consumidor, cabendo, no caso, ao estabelecimento responsável pela guarda do veículo demonstrar que o dano não ocorreu em seu estabelecimento. Cite-se, como exemplo disso, a Apelação Cível do Juizado Especial do Distrito Federal nº 0004760-08.2014.8.07.0009, publicada em 8/8/2014:

“EMENTA: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. VEÍCULO SINISTRADO EM ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE SUPERMERCADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (ART. 333, II, DO CPC). RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SÚMULA 130 STJ. DANOS MORAIS. INCABÍVEIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. As provas colhidas nos autos, especialmente as fls. 16/22, lograram demonstrar a presença do autor no supermercado, a utilização do estacionamento e a ocorrência dos danos no veículo. Os requeridos não demonstraram fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito alegado pelo autor (art. 333, II, CPC). 3. Na sistemática do Código de Defesa do Consumidor, com incidência da responsabilidade civil objetiva, comprovados o dano e o nexo de causalidade, verifica-se presente o dever de indenizar, independentemente da demonstração de culpa. 4. Aplicação do enunciado de Súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça, o qual prevê que: ‘A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento.’”.

Note-se que, ainda que o serviço de estacionamento seja prestado gratuitamente, a obrigação de indenizar os prejuízos do consumidor persiste. É como decidiu a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal, em 23/2/2010, na Apelação Cível do Juizado Especial do Distrito Federal nº 0022135-16.2009.807.0003, publicada em 12/03/2010:



“EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. FURTO DE VEÍCULO NO ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 130 DO STJ. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA CONFIRMADA.

I. rejeitada a preliminar (ilegitimidade passiva ad causam), porque é patente que a conduta do fornecedor ao disponibilizar área de estacionamento tem por finalidade angariar clientela, e por isso, responde objetivamente pelos danos decorrentes da inadequada guarda do veículo, ainda que o serviço seja prestado a título gratuito (20071010107197acj, relator Leonor Aguenta, segunda turma recursal dos juizados especiais cíveis e criminais do DF, julgado em 04/11/2008, DJ 30/01/2009 p. 81).

II. Trata-se de situação abrangida pelo Código de Defesa do Consumidor, caso em que se aplicam todas as normas nele inseridas, inclusive no que tange à inversão do ônus da prova.

III. O furto está suficientemente comprovado, eis que o recorrido juntou o boletim de ocorrência (fls. 12/14), que goza de presunção *juris tantum*, e colacionou o registro da ocorrência no estacionamento, emitido pelo próprio supermercado (f. 19).

IV. Ademais, incumbia ao estabelecimento comercial o ônus de provar que o furto não aconteceu no interior de seu estacionamento, ou ainda que não houve subtração de bens ou que o consumidor agiu de forma negligente com seu patrimônio, o que não ocorreu (20070710139706acj, relator Robson Barbosa de Azevedo, segunda turma recursal dos juizados especiais cíveis e criminais do DF, julgado em 11/11/2008, DJ 18/12/2008 p. 141).

V. Restou provado ainda que há espaço específico para a clientela estacionar, assim como ter a apelante contratado a LS Park para gerenciar o estacionamento (f.39), o que denota a ineficiência do serviço de segurança disponibilizado pela recorrente (f. 45).

VI. Configurado, pois, o direito à indenização, porquanto não obstante ter sido o veículo encontrado posteriormente, estava bastante danificado com a ausência de diversas peças, o que evidencia o prejuízo suportado pelo furto, expresso na nota fiscal de f. 15, no orçamento de f. 20 e no documento de f. 21, condizentes com a ocorrência de localização de fl. 13.

VII. Patente, portanto, a guarda pelo recorrente, incide o dever de indenizar, em face da responsabilidade objetiva prevista no art. 14 do CDC.

VIII. Aplicável a súmula 130/stj: ‘a empresa responde, perante o cliente, pela reparação do dano ou furto ocorrido em seu estacionamento.’

IX. Recurso conhecido e improvido. sentença mantida na íntegra, o que legitima a lavratura do acórdão nos moldes autorizados pelo artigo 46 da lei nº 9.099/95.

X. Recorrente responderá pelo pagamento das custas e honorários advocatícios, ora fixados em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 55 da lei nº 9.099/95”.

A propósito, esse é o entendimento do nosso Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG:

“FURTO DE VEÍCULO NO ESTACIONAMENTO DE EMPRESA – DANO MATERIAL CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO DEVIDA AÇÃO INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. FURTO DE VEÍCULO NO ESTACIONAMENTO DA EMPRESA REQUERIDA. PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA AUTORA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 130 DO STJ. INDENIZAÇÃO DEVIDA“. (3ª Turma Recursal - Uberlândia – Rec. 0702.07.348.253-2 – rel. Maria Elisa Taglialegna. J. 28/3/2007) Boletim nº 97.

Adicionalmente, o Superior Tribunal de Justiça – STJ –, em vários julgados, deixou assente que a empresa que, em atenção aos seus objetivos empresariais, oferece local presumivelmente seguro para estacionamento, assume obrigação de guarda e vigilância, o que a torna responsável pelos furtos, roubos e demais prejuízos ocorridos nas dependências do estacionamento que oferecer aos veículos de seus clientes; e mais: essa responsabilidade é objetiva, ou seja, independe de comprovação de culpa ou dolo do estabelecimento, e nem mesmo o caso fortuito é suficiente para afastá-la. Abaixo, transcrevemos uma das várias decisões encontradas naquela Corte:

“REsp 582047 / RS; Relator :Ministro MASSAMI UYEDA (1129); Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 17/02/2009; Data da Publicação/Fonte DJe 04/08/2009; EMENTA: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DE ROUBO SOFRIDO EM ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO - PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO - FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO - NÃO RECONHECIMENTO - CONDUTA OMISSIVA E NEGLIGENTE DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - VERIFICAÇÃO - DEVER DE PROPICIAR A SEUS CLIENTES INTEGRAL SEGURANÇA EM ÁREA DE SEU DOMÍNIO - APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE - POSSIBILIDADE, IN CASU - DANO MORAL - COMPROVAÇÃO - DESNECESSIDADE - "DAMNUM IN RE IPSA", NA ESPÉCIE - FIXAÇÃO DO QUANTUM - OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - É dever de estabelecimentos como shoppings centers e hipermercados zelar pela segurança de seu ambiente, de modo que não se há falar em força maior para eximi-los da responsabilidade civil decorrente de assaltos violentos aos consumidores;

II - Afastado o fundamento jurídico do acórdão a quo, cumpre a esta Corte Superior julgar a causa, aplicando, se necessário, o direito à espécie;

III - Por se estar diante da figura do ‘damnum in re ipsa’, ou seja, a configuração do dano está ínsita à própria eclosão do fato pernicioso, despicienda a comprovação do dano.

IV - A fixação da indenização por dano moral deve revestir-se de caráter indenizatório e sancionatório, adstrito ao princípio da razoabilidade e, de outro lado, há de servir como meio propedêutico ao agente causador do dano;

V - Recurso Especial conhecido e provido”.

Com o mesmo entendimento, há ainda os Recursos Especiais nºs 1045775/ES, 49071 e 746555/RJ, entre outros. Portanto, o ordenamento jurídico pátrio não desampara o consumidor que se encontra na situação prevista na proposição, fato que demonstra a desnecessidade da medida, e, por isso, a proposição determina uma obrigação que onera sobremaneira os custos empresariais com a



finalidade de resguardar o consumidor em situação em que ele já está protegido, seja pelo Código de Defesa do Consumidor, seja pela jurisprudência de nossos tribunais. Por essa razão, parece-nos que a ingerência estatal nesse ramo da economia é indevida.

Nesse ponto, deve-se salientar que a ordem econômica é regida por alguns princípios, entre os quais se encontra o princípio da livre-iniciativa, segundo o qual o exercício de atividade econômica pelos particulares é livre e não deve sofrer ingerências por parte do poder público, a não ser que razões relevantes demandem a interferência estatal para salvaguardar outros princípios constitucionais que, no caso, devem prevalecer. Explicamos: o Estado pode intervir e criar regras protetivas dos bens e direitos dos consumidores, ainda que da sua interferência decorra ônus ao particular, sem que isso constitua atuação indevida na atividade econômica, desde que essa interferência esteja em consonância com o ordenamento jurídico-constitucional.

Assim, a rigor, realizar o monitoramento eletrônico do estacionamento seria interessante para o fornecedor do serviço, uma vez que demonstrar que o prejuízo do consumidor não ocorreu no interior do seu estabelecimento é um dos meios de se esquivar de uma condenação judicial. Para o consumidor, não vislumbramos benefícios diretos, pois a jurisprudência é pacífica no que se refere à inversão do ônus da prova e à espécie de responsabilidade civil.

Nessa linha de pensamento, caberia ao fornecedor do serviço avaliar os custos e os riscos de instalar ou não o monitoramento em questão. Entretanto, não nos parece possível compeli-lo, uma vez que isso constituiria intervenção estatal indevida no domínio econômico, violando o princípio da livre-iniciativa (art. 170, *caput*, inciso II e parágrafo único, da Constituição da República).

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 201/2015.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Isauro Calais, relator - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.124/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Projeto de Lei nº 1.124/2015 “declara patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.”

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/4/2015, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

O projeto vem a esta comissão para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei sob comento declara patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Conforme o exposto na justificação do projeto, a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais foi criada em 1891, em Ouro Preto, para ser porta-voz dos atos governamentais, que antes ficavam restritos aos gabinetes. A instituição começou nas dependências do antigo Palácio dos Governadores, atual Escola de Minas, na Praça Tiradentes, no Centro Histórico de Ouro Preto. Em 21 de abril do ano seguinte, quando se comemorava o centenário da morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da Inconfidência, teve início a publicação regular do *Minas Gerais* e dos impressos oficiais. De acordo com a justificação do autor do projeto, a Imprensa Oficial de Minas Gerais tem um patrimônio histórico imponente, um barroco monumental, uma cultura ímpar, diversa, é símbolo do povo mineiro e sempre marcou o sentimento de liberdade pregado pela bandeira do Estado. Por fim, o autor ressalta que a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais já é um patrimônio cultural que pertence ao povo mineiro, incumbindo ao poder público promover sua proteção.

O registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais.

O Decreto nº 42.505, de 2002, que institui as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do Estado dispõe, em seu art. 1º, § 1º, que o registro de um bem imaterial se dá com a sua inscrição em um dos quatro Livros de Registro, a saber: o Livro dos Saberes, onde são inscritos os conhecimentos e os modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro das Celebrações, onde são inscritos os rituais e as festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas sociais; o Livro das Formas de Expressão, onde são inscritas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o Livro dos Lugares, onde são inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Por sua vez, consideram-se patrimônio cultural imaterial as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas, os instrumentos, os objetos, os artefatos e os lugares associados a comunidades, a grupos e, em alguns casos, a indivíduos que se reconhecem como parte desse patrimônio. É ele transmitido de geração a geração e constantemente recriado por comunidades e grupos, em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, o que gera identidade e continuidade e contribui para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Em relação à possibilidade de iniciar-se um processo de registro por meio de lei, esclarecemos que a jurisprudência é ainda incipiente nesse aspecto.

Quanto à apreciação do mérito da matéria, ressaltamos a importância de uma profunda análise da Comissão de Cultura, que deverá fazê-lo em momento oportuno.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.124/2015.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente e relator - Isauro Calais - Cristiano Silveira - Luiz Humberto Carneiro - Bonifácio Mourão.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/5/2015

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputadas e deputados, solicitei a minha inscrição para prestar conta da minha ausência ontem do Plenário, porque fui, oficialmente, representar a Assembleia Legislativa, através de autorização da Mesa da Assembleia, do presidente Adalclever Lopes, em um ato público realizado no Estado do Paraná, em solidariedade aos professores que sofreram uma violenta repressão por parte da Polícia Militar daquele estado, sob orientação, obviamente, do governador do estado, que é quem comanda a Polícia Militar nessas ocasiões. E, representando a Assembleia Legislativa, eu não poderia, deputado Durval Ângelo, deixar de aqui prestar contas daquilo que vi e da situação em que se encontra o Estado do Paraná, especialmente na questão relativa aos professores.

Deputada Rosângela Reis, o que eu vi lá é estarrecedor. Na manifestação, na parte da manhã, havia quase 20 mil pessoas em Curitiba, que marcharam do centro da cidade ao Palácio do Governo, passando exatamente pelo ponto onde as professoras foram violentamente reprimidas na ocasião do dia 29, quando faziam a manifestação para evitar que o fundo de previdência dos servidores fosse retirado e gasto em outras finalidades que não a aposentadoria dos professores. Em suma, o governo do Paraná estava fazendo exatamente o que o governo passado fez em Minas: retirando o dinheiro dos servidores da aposentadoria e deixando os servidores a ver navios e inseguros da sua futura aposentadoria. É exatamente o mesmo problema que tivemos aqui. Os professores entraram em greve para repudiar esse projeto de lei que estava na pauta da Assembleia Legislativa do Paraná.

Deputado Durval Ângelo, eram bombas para todo lado. Foram duas horas de tiroteio, com balas de borracha. Havia professoras e professores feridos; bombas que vieram do helicóptero. Tive a ocasião de estar com a vice-prefeita, que é do PT - a prefeitura é do PDT. A vice-prefeita nos relatou que, a pedido do prefeito, as portas da prefeitura foram abertas, e mais de 150 professores feridos foram atendidos na prefeitura porque não tinham para onde ser transportados, pois estavam cercados pela Polícia Militar do Paraná, e repito: com bombas, cachorros.

Aqui faço um parêntese. A polícia lá utiliza o *pit bull* como forma de repressão. Um jornalista da Rede Bandeirantes teve a perna mordida por um *pit bull*. A dentada é de aproximadamente uma tonelada, o *pit bull* não larga. Rasgou a perna desse cinegrafista da TV Bandeirantes, que ficou ensanguentado. Era sangue para todos os lados. Foi uma praça de horror e de terror, tudo para reprimir professoras e professores desarmados e em paz que queriam protestar na Assembleia Legislativa contra um projeto que tirava seus próprios recursos. Assim eles foram recebidos.

O secretário de Segurança no Paraná é o deputado federal Francischini.

Francischini é aquele amigo do Caiado e do homofóbico Bolsonaro e já tem fama de conservador e ultradireitista, para não usar outro termo que, infelizmente, agora está em voga em setores da sociedade brasileira: o namoro que tem tido com o neofascismo. Ele pensou que bastava então reprimir as professoras e retirá-las de lá para que os deputados votassem um projeto antipopular, sem poderem adentrar-se na Assembleia Legislativa. Foi tiro para todo lado. Deputado Celinho do Sintrocél, V. Exa. que é oriundo do movimento sindical, ficaria abismado. As professoras passaram em frente ao local da repressão e choraram. Na realidade, foram depositar flores lá e tingiram de vermelho o lago em frente ao palácio do governo para mostrar o sangue que no dia 29 foi tirado dos professores nessa horrorosa repressão.

O Estado de São Paulo está em greve há quase 50 dias, assim como o Estado do Pará. Não é coincidência que três estados governados pelo PSDB estejam com esse problema. É porque executam o chamado choque de gestão e os setores sociais de educação e saúde, principalmente, não são prioridades do governo. Por isso esses estados se encontram em guerra com a educação pública. Em vez da Pátria educadora, que a presidenta Dilma tem enaltecido, o PSDB está querendo fazer a Pátria espancadora. Agora bate em panela e em professora.

Estamos ficando receosos dessas atitudes dos tucanos. Batem em panelas porque não podem escutar um partido dizer que mudou o Brasil para melhor, tirou 40 milhões de pessoas da miséria, estão pondo negros e pobres nas universidades. Pobres vão aos aeroportos, e nordestino agora vai à praia deles. Portanto, aquilo que é democratizado - e há uma divisão de renda ainda pequena no Brasil - tem o repúdio das classes mais conservadoras e das elites brasileiras. Em contraposição a isso, em vez de Pátria educadora, Pátria espancadora. Os professores sofrem quanto a isso.

Vim fazer este relato porque os professores também me pediram muito que déssemos uma forma de “desmedalhar” o Richa. Os paranaenses consideraram um absurdo o governador Richa, depois disso tudo, ter uma Medalha Tiradentes. Estranharam por que Richa a possui, Aécio Neves deu essa medalha a alguém que age dessa forma. Curitiba e Paraná estão numa situação estarrecedora de revolta, a revolta é latente.

Na parte da tarde os professores fizeram a assembleia, e não havia outra opção a não ser continuar em greve. Por quê? Porque foi oferecido a eles 5% de aumento em duas parcelas. Essa é a proposta do PSDB, que é a mesma que Alckmin está dando em São Paulo e o governador do Paraná oferecendo aos professores. Há, portanto, uma política de desvalorização da educação nos governos tucanos.

Deputados e deputadas, complemento minha fala mais uma vez sobre a questão educacional para fazer contraposição ao que está sendo feito em Minas Gerais. Fui indicado juntamente com o deputado Professor Neivaldo, que também é do Sind-UTE. Estão também nos ajudando bastante nisso o deputado Durval Ângelo, líder do governo; a deputada Cristina Corrêa; e os deputados Paulo



Lamac, presidente da Comissão de Educação; Vanderlei Miranda, do PMDB; Adalclever Lopes, Fábio Cherem e os deputados do bloco, de maneira geral. Pedirei ao deputado Celinho do Sinttrocel que nos ajude também nesse procedimento.

Deputado Vanderlei Miranda, estamos buscando um acordo de quatro anos com a educação para que os professores obtenham boa proposta, além disso, com os deputados da base do governo, para que tenhamos aqui também a tranquilidade de votarmos um bom acordo para os professores.

Não queremos fazer como no Paraná, onde os deputados do governo foram colocados em um camburão e entraram na Assembleia Legislativa debaixo de vaias para votar o projeto antiprofessor.

Queremos aqui fazer um acordo com o Sind-UTE para que os professores tenham uma proposta assinada e acordada nesses quatro anos, a fim de que melhore a condição dos professores e, ao mesmo tempo, dê a nossa base do governo e à oposição também a tranquilidade de estar ajudando o sistema educacional em Minas Gerais. Só um minuto, deputado. Vou terminar apenas o raciocínio em relação ao que estamos fazendo com os professores, o que julgo importante.

Já foram apresentadas diversas propostas. A mesa de negociação está sendo permanente. Aliás, pude participar de algumas delas, conversei também com o sindicato e com o governo e, finalmente, na semana passada, foi apresentada uma proposta aos professores, a qual eles consideraram um avanço. Remeteram a proposta para a categoria no interior e, dia 14, farão aqui mesmo, na Assembleia Legislativa, uma reunião - inclusive, os deputados estão convidados - para decidir se aceitam ou não a proposta.

Essa proposta estabelece o piso salarial prometido aos professores pela jornada de 24 horas, que será alcançada até agosto de 2017, sendo que este ano já haverá um reajuste de 13,06%, que foi o reajuste nacional. O que der de diferença na carreira - a diminuição de 2,5% da progressão horizontal ou de 10% da vertical - o governo complementará também até agosto de 2017. Significa que, nesta data, deputada Rosângela Reis, o professor passará a ter o piso na carreira estabelecida. Já em setembro, a carreira é descongelada, e os professores terão dois níveis durante o governo do Pimentel - lembrando que foi zero os níveis crescidos durante os 12 anos do governo tucano - e a progressão horizontal continuará a ter os 12,5% da carreira. Além disso, os professores terão anistia; uma comissão será formada para fazer renascer o Ipsemg; e uma série de outras propostas de melhorias também para os trabalhadores da Lei nº 100, garantindo a eles os direitos do INSS, quando necessário, o concurso público - 60 mil professores serão chamados - e uma série de outras reivindicações.

Se você perguntasse: "É tudo?". Eu diria que não. O ideal é que pudéssemos pagar ao professor de uma só vez o piso salarial agora, mas, para um Estado que deixou uma dívida de R\$100.000.000.000,00 e R\$7.200.000.000,00 de dívida no orçamento, é óbvio que isso não poderia ser feito de uma vez. Porém, os trabalhadores em assembleia vão avaliar o conjunto de propostas. Esse é um tema que certamente não é consenso. Daqui a pouco passo a palavra ao deputado Isauro Calais para que possamos prosseguir. Apenas gostaria de informar a vocês um ponto que não é consenso nas demais categorias, não só dos professores, no que diz respeito a um outro item alcançado.

Todo mês de janeiro, Celinho do Sinttrocel e Rosângela Reis, os professores terão o reajuste anual do piso. Sendo assim, ele não terá o seu salário defasado. Todo mês de janeiro ele terá o reajuste nacional superior à inflação. Com isso, haverá uma recuperação do salário. Isso foi aceito, mas não será para todos por enquanto, não atinge camada que não seja do magistério. Esse ponto está sendo ainda discutido. No entanto, houve avanços, e é isso que trago como boa notícia para que tenhamos tranquilidade ao votarmos aqui, com os professores nos aplaudindo pelo esforço que estamos fazendo.

O deputado Isauro Calais (em aparte)* - Agradeço pelo aparte, deputado. Rogério Correia, V. Exa. sempre militou na defesa do magistério mineiro, sempre defendeu o interesse como deputado do magistério. Fiz um requerimento depois de ver publicado nos jornais de Minas a respeito dos inativos, ou seja, do aposentado e da pensionista. Fiz um requerimento em abril, o qual foi encaminhado ao governador Fernando Pimentel, falando sobre sua importância. Nós, que militamos com o idoso, não temos dúvida de que meus professores aposentados, os que me deram aula tempos atrás, necessitam do reajuste e que o abono acompanhe esses profissionais. Então, não vamos só pensar nos que estão na ativa. Temos de pensar e valorizar os inativos também.

O professor ganha muito mal no Brasil, e o de Minas é o segundo pior salário do magistério no Brasil, e precisamos avançar. Não tenho dúvida de que V. Exa. trabalhará para melhorar o vencimento desses heróis, que fazem do magistério a sua vida. Então queria pedir a V. Exa. que, ao negociar, ao colocar as propostas na mesa, não se esqueça dos inativos, dos aposentados, das pensionistas. Isso é muito importante. Aí estaremos valorizando um todo, valorizando o magistério, que é importante para a educação dos nossos filhos, dos nossos netos, das nossas crianças, mas valorizando também esses profissionais que tiveram uma importância muito grande na educação do nosso estado e do nosso país.

É esse pedido que faço a V. Exa., como militante desta causa na Assembleia. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Rogério Correia* - Muito bem lembrado, deputado. Informo a V. Exa. que, na última proposta apresentada, essa preocupação foi corrigida. A preocupação de V. Exa. foi acatada, e, na última proposta apresentada ao sindicato, os inativos e aposentados terão o mesmo índice e a mesma proposta dos ativos. Isso também foi apresentado como exigência de V. Exa., creio que de todos nós, e também do sindicato. Preocupação mais do que justa.

Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, pediria apenas um minuto, para conceder aparte ao deputado Celinho do Sinttrocel e à deputada Rosângela Reis, por favor.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Infelizmente, o deputado Sargento Rodrigues está esperando.

O deputado Rogério Correia* - O.K., presidente. Peço desculpas então ao deputado Celinho do Sinttrocel e à deputada Rosângela Reis pelo tempo não ter permitido o aparte, mas sei que V. Exas. estão com os professores. A minha expectativa, presidente, é que consigamos fazer um bom acordo, e que a Assembleia Legislativa possa votar o projeto, com os professores tendo acordado com o governo uma proposta que, mesmo não sendo a ideal, comece a melhorar a vida da educação no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia. Cumprimento os nossos visitantes nas galerias. Presidente, eu não poderia deixar de abordar aqui, novamente, o problema que hoje mais aflige todos os mineiros, deputado Carlos Pimenta. Estamos com um gravíssimo problema de superlotação dos presídios, e policiais militares estão aguardando até 20 horas nas centrais de flagrantes, deputado Wander Borges, as chamadas Ceflan 1 e 2.

Deputado João Leite, hoje o *Bom Dia Minas* trouxe essa notícia; ontem já era objeto de preocupação. Agora, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, acabamos de aprovar, na Comissão de Segurança Pública, um requerimento, em caráter de urgência, para que sejam convidados o secretário de Defesa Social, o subsecretário de Administração Prisional, o subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, o chefe da Polícia Civil, o comandante-geral da Polícia Militar, para que, na quarta-feira próxima, dia 13 de maio, possamos fazer a discussão desse assunto urgente. Imagine, deputado Antônio Carlos Arantes, o crime avançando do jeito que está, e não haver onde guardar os presos em flagrante. Não estou falando de presos em virtude de cumprimento de mandado de prisão, mas de presos em flagrante.

Deputado João Leite, ontem ocupamos a tribuna desta Casa para cobrar do governador Fernando Pimentel que faça uma escolha ao governar. É necessário que ele escolha como governar, porque orçamento do Estado não é nenhum bicho de sete cabeças. Ele deve conhecer o que é receita e o que é despesa; deve priorizar.

Eu disse, e a deputada Celise Laviola concordou comigo lá, durante o encaminhamento de requerimento: o governador Fernando Pimentel precisa urgentemente dizer o que é prioridade do Estado. É prioridade criar mais três secretarias para o atual governo e aumentar o salário de vários escalões do governo ou é prioridade abrir novas vagas no sistema prisional, destinar gasolina para as viaturas policiais e do corpo de bombeiros, comprar cloro para o tratamento da piscina das unidades do corpo de bombeiros? Porque senão nem os bombeiros nem os brigadistas civis vão ter como treinar. Portanto, deputado João Leite, gasolina para o motor de popa de motosserra e desencarcerador não pode faltar. Fico, deputado Wander Borges, abismado de ver como o governo, depois de quatro meses, não consegue enxergar que determinados serviços são de extrema necessidade para a população.

Faço aqui, deputado João Leite, esse registro, porque, de ontem para hoje, viaturas da Polícia Militar ficaram de 15 a 20 horas paradas, deputado Antônio Carlos, na Central de Flagrantes 1 e 2 da Polícia Civil - Ceflan. Quando essas viaturas estão paradas, deputado Antônio Carlos Arantes, elas não retornam ao patrulhamento para fazer o policiamento preventivo e atender a outras ocorrências, deputado João Leite. A população fica com o seu bairro, a sua região completamente desguarnecida de uma viatura para fazer o policiamento.

Então o governo está perdido, sofre de um problema gravíssimo, não saber executar gestão, deputado João Leite. O atual governo está vivendo, deputado Wander Borges, um apagão da gestão. Sentou na cadeira de governador e não está sabendo o que fazer. Policiais que estão na rua não podem escolher se vão ou não prender, deputado João Leite.

Recebi aqui um áudio, deputado João Leite, que traduz isso de forma muito fidedigna, o qual transmito, presidente, porque a coisa é muito grave. É uma mensagem que recebi de um policial militar, deputado João Leite. Prestem atenção V. Exa. e os que estão nos acompanhando pela TV Assembleia no que ele diz: "Oi, pessoal. Bom dia. Acabei de sair do CIA, onde conversei com a delegada, que deixou bem claro que toda a RMBH tem 58 presos esperando na fila nas cadeias penitenciárias. Ela disse: 'Quem trouxer preso aqui, homem conduzido, tanto no CIA como em qualquer delegacia, vai ter de esperar abrir vaga, porque não vai receber ocorrência'. Foi o que ela conversou comigo, com a guarnição e passou aos outros policiais civis lá. Ou seja, o trem está feio mesmo".

Em um áudio de apenas 39 segundos, o policial militar está comunicando, hoje, deputado João Leite, que a delegada do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA - disse que já havia 58 presos. A situação é gravíssima, presidente Hely Tarquínio. Ontem fiz a denúncia aqui de que faltam peças de viatura, cabos de embreagem; falta uma série de recursos que são, deputado Hely Tarquínio, custeio da máquina pública. Não dá para entender como o governador Pimentel deixa de destinar recursos para o custeio da máquina pública a tal ponto de chegarmos a uma situação de total estrangulamento. Não se trata, presidente, de fazer aqui oposição por fazer, até porque não é o perfil deste deputado. Mas do ponto de vista do conhecimento técnico e prático, deputado Wander Borges, em termos de segurança pública, é um erro gravíssimo.

Imagine o cidadão pedir uma viatura, deputado Hely Tarquínio, porque está sendo assaltado ou uma mulher está sendo estuprada, e ela deixa de ir ao local porque não pode prender e não tem onde colocar o preso. Imagine uma família passando por uma situação extremamente constrangedora, um terror, um medo, e a polícia não ter lugar para prender o criminoso?

Quatro meses são suficientes para se sentar em uma cadeira de governador e estabelecer, no mínimo, deputado Antônio Carlos Arantes, prioridades do governo. A denúncia desse áudio, deputado João Leite, ocorreu na manhã de hoje. O policial disse que havia 58 presos. Portanto, não dá. O governador Fernando Pimentel deve escolher: vamos aumentar as secretarias e criar mais cargos ou destinar esses recursos para a área de segurança pública?

Deputado João Leite, concedo aparte a V. Exa.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues, que lidera, preside nesta Assembleia a Comissão de Segurança Pública, que nesta semana nos convocou para prontidão. A Comissão de Segurança Pública está em prontidão e preocupada com esse cenário, um cenário grave da segurança pública no nosso estado. São quatro meses de apagão de gestão. O sistema penitenciário é gestão o tempo todo. Realmente, governar dá muito trabalho. Deveríamos criar novas vagas, mas estas não foram criadas. As PPPs tinham de avançar, mas não avançaram. O plano do governo anterior, de transformar as penitenciárias femininas em masculinas, também não avançou.

Queria dizer que vemos os exageros que são ditos. Claro que repudiamos toda sorte de violência, mas dizer que o peso da mordida de um *pit bull* é de 1t é próprio dos exageros do PT. Ela não passa de aproximadamente 200kg, mas, para queimar o adversário, vale dizer que a mordida do *pit bull* é de 1t. É um exagero daqueles, mas queria mesmo mostrar o que está em marcha no nosso país. Eles acham que nos enganam, mas não nos enganam. Está aqui o roteiro do 5º Congresso Nacional do PT, cujo título é Um Partido para Tempos de Guerra. O PT está em guerra contra o Brasil e vai ao Paraná para, num governo do PSDB, que paga o melhor salário do

Brasil aos professores - e é claro que repudiamos violência -, e tentam invadir a Assembleia Legislativa, com *black blocs* e não sei mais o quê. Acompanhamos tudo aqui.

O caderno de teses do PT diz “PT em tempos de guerra”. Guerra contra quem, cara-pálida? Contra quem vocês estão guerreando aqui no Brasil? É contra o povo brasileiro? As teses estão aqui: querem atacar, o tempo todo, os governos tucanos. Deve haver uma mobilização nacional contra os governos tucanos. Está escrito aqui que estão reclamando da ausência do PT em mobilizações frente ao governo tucano de Alckmin. É guerra. Eles querem guerra. Nós não estamos em guerra, mas o PT está em guerra contra o Brasil. Está escrito aqui: combater os governos tucanos em todos os campos. É um partido em tempo de guerra.

Lamento, deputado Sargento Rodrigues, o fato de as nossas polícias terem de enfrentar essa situação: criminosos nas ruas, falta de vagas para colocá-los e um partido em tempo de guerra. Ele chamou o Brasil para a guerra e quer combater os governos tucanos. Têm de avisar ao PT que os governos tucanos governam para brasileiros. Não vão atingir os tucanos, mas os brasileiros que moram em São Paulo e no Paraná. É lamentável. Queria dizer ao PT, um partido para tempo de guerra, que não estou em guerra com ninguém, nem contra o PT. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao deputado João Leite. Talvez alguns dos membros do PT desta Casa pudessem ocupar a tribuna para dizer que o partido está em guerra contra a corrupção.

Essa é a grande guerra. Essa é a guerra que todos devemos travar no Parlamento. Talvez essa seja uma das teses sobre a qual o PT poderia discorrer no próximo encontro, que farão na Bahia. Quem sabe eles mudam a tese deles e resolvem fazer uma cruzada contra a corrupção no País. A discussão poderia se iniciar a partir daqueles que foram condenados por corrupção.

No PDT de Minas não tenho esse problema. Deputado Carlos Pimenta, eu mesmo pedi a expulsão dos corruptos que estavam no PDT de Minas. Um deles era um tal de Manoel Costa. O outro, o Paulo César, ex-prefeito de Nova Serrana. Eu mesmo pedi a expulsão dos dois do partido pelo envolvimento escandaloso com a corrupção. Talvez essa cruzada seja o melhor a ser discutido na tese do PT, entre tantas que discute. Esse partido pode fazer uma cruzada em defesa da soberania, da ética, da transparência e, sobretudo, contra a corrupção. Os partidos políticos podem se unir nesse sentido.

Concluindo, presidente, quero falar sobre a nossa preocupação. A Ceflan 1, que é a Central de Flagrantes de Belo Horizonte, e a Ceflan 2 não estão recebendo presos. Policiais militares estão levando 20 horas para que os presos sejam recebidos. Imaginem na hora em que esse conhecimento chegar a todas as unidades policiais. Há o esmorecimento, há uma postura mais acanhada por parte do próprio policial por saber que, quando prender alguém e o levar para a Central de Flagrantes, terá de aguardar 20 horas. Ele se perguntará: “Será que vou prender? Será que vou prender esse cidadão em flagrante? Eu terei de pegar a viatura, na qual colocarei o preso. Chegando à Ceflan, terei de ficar 20 horas parado esperando essa central providenciar uma vaga na região metropolitana”.

As pessoas precisam entender a dimensão desse problema. Fizemos um requerimento, que foi aprovado. Os deputados Cabo Júlio, João Leite e Celise Laviola já o assinaram. Por meio desse requerimento, convidamos a cúpula da segurança pública em Minas para estar conosco numa reunião reservada, no dia 13 de maio, às 9h30min. Eles estão sendo convidados a vir aqui para prestar informações acerca desse colapso no sistema prisional. As polícias já estão sós. Imaginem se não puderam mais fazer prisões.

Entendo, presidente Hely Tarquínio, que isso é muito grave. Essa preocupação baterá às portas de V. Exa. e de todos os deputados que estão aqui. Isso chegará ao interior do Estado rapidamente. Teremos o colapso do sistema prisional. É bom que o senhor governador do Estado, Fernando Pimentel, depois de quatro meses de governo, comece de fato a dar prioridade àquilo que é preciso priorizar. Muito obrigado, presidente.

O deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras que acompanham nosso trabalho das galerias, senhores da imprensa, professores, Plenário, venho a esta tribuna, mais uma vez, e não poderia de deixar de dar destaque a alguns pontos importantes em relação ao nosso Parlamento. Faço uma saudação especial às senhoras e aos senhores que, de seu ambiente de trabalho e de suas casas, acompanham o trabalho desta Casa nesta tarde pela TV Assembleia.

V. Exa. participou, esta semana, de uma reunião com o presidente, na condição de vice-presidente, e com o Colégio de Líderes, o chamado “Coleginho”, para tratar exatamente da condução dos trabalhos neste Plenário, visto que, nos últimos dias, tivemos algumas cenas não muito agradáveis aqui, que, na verdade, não atenderam, absolutamente, em nada aos interesses da nossa população.

Temos um regimento, e esse Regimento precisa ser respeitado. Sou regimentalista e faço questão de não fugir ao Regimento, independentemente de quem queira que ele seja atropelado, mas vejo, com muita satisfação, que a partir daquela reunião este Plenário mudou seu ambiente. Estamos vendo algumas discussões, naturalmente justas, por parte dos deputados, seja da base, seja da oposição, mas elas guardam o devido respeito para com os colegas e, principalmente, para com esse presidente, que é um decano nesta Casa e que merece o nosso respeito.

O fato é que, quando esta Casa traz à tribuna debates propositivos, discussões de mérito, quero crer que isso sempre a torna maior. Quando for o contrário, não é nem preciso dizer que esta Casa se torna pequena. Vejo, com satisfação, que aquela nossa reunião produziu um resultado muito positivo.

Gostaria também de destacar, de chamar a atenção para um fato que tem ocorrido e que não corresponde à verdade, Sr. Presidente. A imprensa que cobre o Legislativo está sempre presente aqui ou, muitas vezes, somos abordados por telefone para dar entrevistas. Ela tem sido injusta com esta Casa e com estes parlamentares, seja da oposição, seja do governo. Digo que ela tem sido injusta a partir do momento em que publica uma matéria dizendo que esta Casa não tem produzido, que esta Casa não tem trabalhado. Há um entendimento equivocado de que a Assembleia só funciona, de fato, deputado Roberto, quando se reúne em Plenário, e o trabalho das comissões, que tem sido intenso, tanto internamente, quanto externamente, é ignorado. Quantas coisas, hoje mesmo, as comissões já discutiram e já aprovaram? Eu, pela manhã, já participei de uma delas. Aliás, ontem, fui eleito presidente de uma comissão especial para a análise do veto da reforma administrativa.

Hoje, pela manhã, estávamos novamente reunidos para que o relator pudesse apresentar o relatório sobre a questão do veto da reforma administrativa. Em seguida, houve uma reunião da Comissão Financeira para analisar o importantíssimo projeto do deputado



Cabo Júlio, que tem ressonância até no discurso que o deputado Sargento Rodrigues fez anteriormente aqui. Ele, preocupado com sua categoria, apresentou um projeto de lei que teve acolhida favorável daquela comissão para favorecer os policiais militares na questão da aquisição dos seus imóveis, de suas residências, e para que eles possam ser tirados das áreas de risco. Quais são essas áreas de risco? Aquelas áreas habitadas por policiais e em que, por perto, moram pessoas que foram presas por eles em algum momento. Eles ficam, de certa forma, expostos à violência dessas pessoas, assim como as famílias. Portanto, é importante esse projeto, que foi aprovado naquela comissão, nesta manhã.

Gostaria que a imprensa tivesse um olhar mais amplo para o trabalho desta Casa. Nas comissões, dificilmente vemos a cobertura da chamada grande imprensa, a não ser quando se trata de um caso muito escabroso, o que é uma exceção.

E é onde esta Casa funciona, e funciona muito, pois os projetos passam primeiro pelas comissões de mérito, pelas comissões temáticas, para depois virem a este Plenário. Quando chegam aqui, já foi feito todo um trabalho de retaguarda das comissões, que lamentavelmente é invisível. Dá-se, então, a impressão de que a Assembleia Legislativa só funciona de fato quando se reúne em Plenário, e, na verdade, toda a nossa estrutura está sendo movimentada. O Plenário é apenas o palco onde acontecerá o embate, o debate, a discussão dos projetos que aqui chegam, para serem aprovados ou não. O trabalho desta Casa tem sido permanente e incessante. Com prazer, concedo aparte ao nobre colega, deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Deputado Vanderlei Miranda, nosso líder do PMDB e da maioria, é um prazer, em primeiro lugar, apartear V. Exa. Queria aproveitar este momento para expor alguns dados do que está acontecendo hoje. Foi falado aqui que as cadeias estão fechadas, que a Polícia Civil não quer receber, que nosso colega policial militar está ficando 10 horas na delegacia - e fui eu quem sugeri na comissão que esta discussão fosse mais ampla. Disseram que não adiantava chamar o chefe da Polícia Civil, pois o delegado dizia: "Receberei o preso e levarei para onde? Para minha casa?". Por outro lado, o policial militar não podia alegar que não atenderia a ocorrência quando fosse chamado pelo 190 por não ter um lugar para colocar o preso.

Quero dar alguns dados aqui porque há a impressão de que todo esse colapso no sistema prisional é culpa do governo Fernando Pimentel. Em 1º de janeiro, quando o nosso governo assumiu o comando do Estado, já existia um déficit de 26 mil vagas. Trarei um dado do Ceresp Gameleira, deputado Durval Ângelo: ele foi construído para 400 presos, mas, quando havia 800 presos, o Ministério Público propôs um TAC com o governo anterior, dizendo que não poderia passar de 800, e agora já são 1.600. Esse foi o quadro que recebemos.

Preciso dizer aqui uma outra verdade: disseram que o governo Pimentel precisa dizer a que veio; que faltará isto ou aquilo. Isso significa que até 31 de dezembro era diferente? Sempre defendi que a política de segurança pública tem que ser de Estado, e não de governo, pois, quando não é assim, as pessoas ficam empurrando a responsabilidade para quem entra ou para quem sai.

Preciso expor aqui alguns dados reais. No dia 31 de dezembro, os presídios já estavam além de sua capacidade. Outro dado: não está faltando gasolina apenas hoje. Ou as pessoas não se lembram de que, de outubro, depois da eleição, até 31 de dezembro, o helicóptero Arcanjo do Corpo de Bombeiros, feito tão somente para salvar vidas, não levantou voo porque não tinha combustível nem havia sido pago o seguro para poder voar? E isso não é do governo Pimentel.

Darei outro exemplo: na auditoria feita na Polícia Militar, chegaram à conclusão de que temos, deputado Durval Ângelo e deputado Vanderlei Miranda, 12 mil viaturas, mas 5 mil estão estragadas por falta de manutenção. Portanto, não foi o governo Pimentel que descobriu a pólvora, pelo contrário, recebeu a herança de um governo que se mostrava bonito pela imprensa, pelos jornais, e, quando assumiu o condão de conduzir o Estado real, houve um choque entre a segurança da televisão e a da realidade. Ou será que até 31 de dezembro, deputado Durval Ângelo, os policiais militares dos destacamentos não tinham que ficar mendigando papel higiênico para as prefeituras? Em alguns destacamentos, o policial ganhava R\$200,00 para custeio, e a grande maioria nem ganhava.

Então, para terminar, o governador Fernando Pimentel está colocando ordem na casa. E a ordem é: polícia, vamos prender e, se precisar, construiremos presídios. O governador já autorizou a construção emergencial de seis novos presídios para receberem os bandidos que as polícias prenderem. Queria apenas mostrar que existe uma realidade que não começou apenas em 1º de janeiro.

O deputado Vanderlei Miranda* - Obrigado, deputado Cabo Júlio.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Vanderlei Miranda, líder da Maioria nesta Casa, Clemenceau já dizia que, numa guerra, a primeira baixa é a verdade. É isso o que estamos vendo aqui. Querem continuar fazendo um 3º turno das eleições - ou 2º, porque perderam no primeiro. O relatório de 306 páginas feito pelo governo do Estado a pedido do governador Fernando Pimentel já indica em dezembro um déficit de 26 mil vagas no sistema. Ninguém em sã consciência, que raciocine, imagina que todo esse caos surgiu em quatro, cinco meses. Isso seria ofender a inteligência de qualquer cidadão mineiro.

Era uma luta do deputado - parece que foi abandonada - nomear efetivos do sistema carcerário. Juntos com o deputado Sargento Rodrigues, cansamos de denunciar que os compromissos a serem cumpridos pelo governo anterior, com a posse dos agentes efetivos, foram feitos por esse governo.

Outra luta do deputado Cabo Júlio é igualar o salário dos servidores administrativos do sistema de defesa social. Em quatro anos, o governo assumiu aumentos reais de 37% para o pessoal administrativo das Polícias Civil e Militar e do sistema de defesa social, tendo sido para este decidida a incorporação de 50% da gratificação de deslocamento. Quem fez isso aqui no Estado?

Espero que os deputados não estejam reclamando de a polícia prender. Ai, não! Ai, eu acho que estão prestando um desserviço à segurança pública. Espero que não estejam achando ruim. Hoje, temos um governo que reduziu para 17% o índice de homicídios no primeiro trimestre deste ano, reduziu para 36% os furtos e roubos em Minas Gerais. No Triângulo, particularmente em Uberlândia, o índice de criminalidade é um dos menores porque as Polícias Civil e Militar trabalham em harmonia. Ouvi isso do Cel. Bianchini hoje. Espero que todo o Estado se espelhe na situação de Uberlândia. Estão fazendo um trabalho conjunto, em rede, somado. Não quero que a verdade seja a primeira baixa dessa guerra neste Plenário.

O deputado Vanderlei Miranda* - Obrigado pelo aparte, deputado Durval Ângelo. Sr. Presidente, era isso o que tinha a dizer no meu tempo precioso nesta tribuna. Agradeço a V. Exa. e aos demais companheiros que nos ouviram pacientemente. Mais uma vez, dirijo-me aos que acompanham os nossos trabalhos em casa, muito obrigado.



* - Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, pessoal das galerias. Manifesto minha satisfação por ver o nosso Sul de Minas bem representado pela Caldense no Campeonato Mineiro. Os jogadores fizeram papel de time grande. Acredito realmente que esse tenha se tornado um grande time: ficou quase 700 minutos sem tomar gol, tem uma defesa fantástica, comandada pelo nosso vizinho de Juruáia, Plínio, filho do João Paraná, que foi vice-prefeito dessa cidade tão progressista.

Parabenizo a cidade de Poços de Caldas, especialmente aqueles bravos jogadores que defenderam a Caldense e mostraram um futebol muito bonito, para frente, com um belo goleiro. Realmente mereciam ser campeões. Confesso que tive uma decepção, vendo que a arbitragem não foi a melhor. Se tivesse sido justa, a Caldense seria campeã. Mas o Galo também é um grande time e faz por onde estar sempre à frente. Mas os meus parabéns, as minhas homenagens à equipe da Caldense, que mostrou que, com seriedade, com um grande técnico, como o Leo Condé, com organização, em qualquer lugar em que haja uma estrutura, gestão séria, pode-se fazer um grande campeonato, competir de igual para igual com times como o Atlético e até como o Cruzeiro.

Queria manifestar aqui, mais uma vez, uma decepção. O nosso setor agropecuário, que tem tanta pujança, tanta força, que tem Uberaba como origem do zebu e dessa raça no Brasil e no mundo, está decepcionado. Pela primeira vez, a presidente do Brasil, o governador do Estado não foram prestigiar a Expozebu. Isso é impressionante, pois mostra provavelmente um gesto de desvalorização para com o setor agropecuário, para com um setor que faz a diferença, que é o setor agropecuário. Quando se fala de Expozebu, de Uberaba, dos criadores da raça zebu, é preciso tirar o chapéu, pois são profissionais de altíssimo nível, que mereciam o respeito da nossa presidente Dilma, da ministra Kátia Abreu, que precisava ter ido lá, e também do governador Pimentel, que também não foi prestigiar. É uma pena que isso ocorra com um setor que faz tanta diferença.

O deputado Wander Borges (em aparte)* - Agradeço a oportunidade, porque não estou inscrito, deputado Antônio Carlos Arantes. Parabenizo-o pelo início do seu discurso.

Queria trazer uma informação a esta Casa, deputado Hely Tarquínio. Acabamos de protocolar aqui ao lado a proposição do orçamento chamado impositivo, que se refere às emendas individuais do conjunto de parlamentares.

Acreditamos que, agora, a Casa, por meio de suas comissões, vai se debruçar sobre o assunto e chegar a um objetivo-fim que, na realidade, reflete um desejo da grande maioria dos parlamentares, haja vista que, na coleta de assinaturas, tivemos quase 50 deputados assinando a proposta de emenda constitucional e também o ato das disposições transitórias. Com isso creio que essa proposta de emenda à Constituição, ganhando aqui dentro, é claro, velocidade e a compreensão dos seus pares, essa prerrogativa, que é uma prerrogativa do Parlamento... Por que não dizer também, deputado Antônio Carlos Arantes, que se pode achar que é um valor expressivo, mas não é, pois não chega a 0,5% do orçamento total do Estado.

Acho também que essa negociação deve ser levada ao Estado tendo em vista a aplicação dos limites constitucionais, sobretudo no que se refere ao segmento da saúde e da educação. Por quê? Com esse número fixado, será adotada uma prática que é peculiar à gestão pública, que é o planejamento. Então, o próprio deputado vai ter condições de, quando em visita às cidades, negociar e receber as demandas em seus gabinetes; fixar, dentro de um nível de planejamento “x”, aquilo que acudiu e que, realmente, tem condições de dizer que será realizado. Isso é uma necessidade premente, porque a gama de serviços é muito grande.

Então, quero agradecer e dizer que, a partir de agora, começa a tramitar essa proposição. Ficamos aguardando, porque era uma proposta de iniciativa de um colega nosso, no ano passado. Como não houve esse protocolo, acabamos por fazê-lo hoje com o conjunto da maioria dos partidos, que assinaram como autores de proposta à emenda constitucional. Muito obrigado.

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, deputado Wander Borges. Conte conosco, pois somos favoráveis a essa emenda constitucional. Concedo aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Primeiramente, quero cumprimentar V. Exa. pela sensatez de cobrar a presença de autoridades importantes em um evento como a Expozebu, em Uberaba. Conheço demais Uberaba, tive quase 2 mil votos lá. Sei da expressão que a cidade tem e, obviamente, da atividade econômica desenvolvida. Realmente o País inteiro, deputado Hely Tarquínio, volta os olhos para aquela cidade durante a feira. V. Exa. citou autoridades do Brasil - governador do Estado e presidente da República -, que deveriam comparecer e incentivar a produção que é de altíssima qualidade genética, inclusive.

Deputado Antônio Carlos Arantes, um deputado que me antecedeu na tribuna desta Casa, usou a seguinte expressão: “O Pimentel não inventou a pólvora”: mas eu posso afirmar que o Pimentel está conseguindo explodir o Estado. Recebi informação, através do WhatsApp, de um sargento que está no 22º Batalhão há 20 anos. Presenciei a criação do 22º Batalhão, em 1993. O sargento está há 20 anos trabalhando lá, mas nunca viu o sucateamento da frota como hoje. Ninguém está dizendo, líder do governo, deputado Durval Ângelo, que as coisas acontecem da noite para o dia. Da mesma forma que tenho coragem de cobrar do atual governo na atual legislatura, sempre tive independência - V. Exa. sabe disso - para cobrar do governo anterior. Caso queira, vou tirar cópias de documentos e passar para as mãos de V. Exa. para mostrar que não só visitei as unidades, como officiei e cobrei do governo anterior. A verdade não vai trazer aqui algo excepcional. Qual é a verdade atual? Faltam equipamentos, faltam viaturas, falta combustível, sim. Em quatro meses de governo - independentemente de qual seja o governo - isso tem que haver. Sabe por que, deputado Hely Tarquínio? Isso é custeio da máquina pública. Independentemente de ser o governo A, B ou C, como vamos imaginar que não vai haver custeio da máquina pública?

Quero deixar claro ao deputado Durval Ângelo, líder do governo, que sempre tive independência, diferentemente de outros deputados que passaram por aqui, que não conseguem assumir uma posição de acordo com a consciência, com o que entendem que está realmente errado, não têm condição de realmente fazer isso. Ontem aprovamos seis requerimentos para visitar unidades prisionais, que estão em situação difícil e merecem ser visitadas. Faremos essas visitas.

Temos governo. Não se trata de toda hora vir à tribuna e falar do 3º turno. É 3º turno. É gestão. É governar. É bom que quem ganha a eleição, se senta na cadeira do governador e nomeie seu estafe, seu secretariado diga: “Nomeei e quero resultado”. Passaram-se



quatro meses, mas vamos cobrar de quem? Deputado Durval Ângelo, vamos cobrar do governo anterior a falta de gasolina e a falta de cloro para os bombeiros? Vamos cobrar de quem? Não pode ser do governador anterior, porque ele não está governando.

Em relação ao orçamento, quem impôs aqui uma obstrução sistemática de três meses? PT e PMDB. Portanto, não cabe essa reclamação. Já se passaram quatro meses. Em quatro meses, já dá para o governo sentar na cadeira e ver o que é prioridade. Temos de cobrar do atual governo. Tenho tranquilidade de dizer ao meu colega deputado Durval Ângelo que, independentemente da cor partidária, se precisa cobrar, vou continuar, com a mesma independência e retidão com que me conduzo na vida pública.

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Agora, falando do painel de ontem, há deputado que vem aqui e fala que é a elite que está cobrando, que são as pessoas que perderam a eleição que estão cobrando. Para quem conhece Belo Horizonte, é só ver as imagens da Rede Globo. Qual edifício de Belo Horizonte foi mostrado, deputado Carlos Pimenta? Não sei se você viu esse detalhe, mas a Globo mostrou o Edifício JK. Ali vivem aproximadamente mil famílias, e os apartamentos têm menos de 20m². São pessoas humildes, que fizeram uma grande manifestação. É só olhar as imagens, e não só as da Rede Globo, que mostram claramente que essa indisposição com a presidenta e com a política deste país hoje com o PT não é simplesmente de quem votou no Aécio, é da maioria dos brasileiros.

É minha preocupação também a manifestação que tem ocorrido aqui na Assembleia nas audiências públicas. Ontem fizemos uma para discutir o regime especial tributário. Ninguém do governo apareceu. Anteontem fizemos uma para discutir a MG-050, e ninguém do governo apareceu. São gestos que mostram que não há preocupação. Nessa do regime especial tributário, havia um empresário de São Paulo representando uma grande empresa finlandesa que está há quatro meses sem ter retorno por telefone, por *e-mail*. Ele não sabe mais o que falar aos finlandeses. Acho que não vai mais ser implantada essa empresa em Minas Gerais, porque o Estado não tem mais interesse.

A MG-050 está numa situação de falta de informação. Os avanços da rodovia foram muito grandes, os recursos aprovados são grandes. A empresa que está lá hoje é melhor do que a que estava no passado. De dois anos para cá, a empresa teve muitos investimentos com essa nova empresa, mas cidades como Passos, como Piumhi, onde falta muita coisa, ainda não conseguiram os avanços que precisam.

Deputado Cássio Soares, passarei a palavra a V. Exa. no finalzinho, porque só tenho mais um assunto.

Para encerrar, queria falar da terceirização, a que sou favorável no começo, no meio e no fim. Inibir a terceirização é inibir o empreendedorismo. Toda grande ou média empresa um dia nasceu pequena, e foi por meio das parcerias, foi por meio do serviço terceirizado que elas cresceram. Não sou favorável à precarização, a não recolher os encargos sociais. Tem de haver fiscalização séria, tem de haver justiça; mas inibir a terceirização é inibir o empreendedorismo no Brasil.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Queria, na verdade, cumprimentá-lo pela realização da audiência na última segunda-feira, em São Sebastião do Paraíso, para tratar desse tema que realmente é espinhoso na questão dos transportes em Minas Gerais. A MG-050 realmente precisa de vários aprimoramentos. Quero destacar que estive ontem com Murilo Valadares, secretário de Transportes e Obras Públicas, exatamente para tratar das falhas e das inconsistências que a concessionária Nascentes das Gerais tem imposto à Rodovia MG-050. Destaco, deputado Sargento Rodrigues, que Passos é a segunda cidade de maior população de toda a extensão da MG-050. Durante esses oito anos de concessão, Passos não foi contemplada com nenhuma obra de melhoria por parte da concessionária Nascentes das Gerais.

Destaquei essa minha indignação ao secretário Murilo Valadares. Agradeço sua intervenção na audiência pública de segunda-feira, mas queremos soluções. Não adiantam mais, presidente, muitas conversas. Queremos agora as soluções ou que sejam impostos à concessionária os rigores da lei do contrato, que sejam impostas as punições devidas à concessionária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Só um segundinho. Para encerrar o assunto da MG-050, cobramos a reforma da curva de Itaguaba, onde faleceram 15 pessoas há 15 dias, e da curva próxima ao pedágio de Piumhi, onde têm falecido muitas pessoas em acidentes. Garantiram o início das obras para o mês de junho. Ontem, eu e o deputado Cássio nos reunimos com o deputado Deiró, presidente da Comissão de Transporte, e acertamos uma nova audiência para tratar da MG-050 nesta Casa. Esperamos que o governo do Pimentel esteja presente para mostrar qual o seu pensamento, o seu cronograma e a sua proposta. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

nomeando Patrícia Paula Ferreira Cunha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Leandro Melo Cunha do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando Regina Queiroz Boaventura do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Jovino Correia dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Leandro Melo Cunha para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta

nomeando Eliane Madureira Ribeiro para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Roberto Andrade**

exonerando Paula Ferreira Tourinho do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando Sérgio Henrique Vieira dos Santos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Fernando Antonio de Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Paula Ferreira Tourinho para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Sérgio Henrique Vieira dos Santos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Thiago Tuler de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Fred William Mafra de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
exonerando Sara Regina de Jesus do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Sara Regina de Jesus para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou o seguinte ato:

nomeando Maria de Lourdes Vieira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

nomeando Fred William Mafra de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Patrícia Regina de Paiva Aranha para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Thais Luane Fernandes Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2014**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 199/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, devido a alterações no edital, o pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a locação de veículo 4x4, teve a sua sessão pública virtual adiada para as 15 horas do dia 25/5/2015.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2015.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 41/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Webjur Processamento de Dados Ltda. Objeto: prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da Assembleia de publicações em diários oficiais. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com manutenção do preço. Vigência: de 10/5/2015 a 10/5/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2015

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Amaral e Nunes Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/5/2015, na pág. 35, onde se lê:

“Eliane de Oliveira Monteiro”, leia-se:

“Eliane de Oliveira Monteiro Cardoso”.